EMPENHAMENTO LAICAL
NUMA IGREJA A RENOVAR-SE



NOVELLAE OLIVARUM

REVISTA DO SEMINÁRIO DOS OLIVAIS

N.º 8 MARÇO/1984

NOVELLAE OLIVARUM

Revista de Formação Cultural

Director:

P.e Carlos Paes

Redacção:

Pedro Nuno
Carlos Casqueiro
Mário Pais

Administração:

Joaquim Nazaré

Propriedade e Administração:

Seminário dos Olivais
1800 LISBOA

Composto e impresso:

Gráfica Almondina
Rua do Cid, 17 / 2350 Torres Novas

Depósito Legal N.º 2912/83

TERCEIRA SÉRIE

Número 8
MARÇO/1984

Assinatura anual: 200$00
Avulso: 50$00

sumário

— Editorial 3
O empenhamento laical numa Igreja a renovar-se
P.e Carlos Paes

— Reflexões sobre os 50 anos da Acção Católica 5
P.e Manuel Clemente

— Testemunhos de compromisso laical . 7
Inquérito
Casal Leite Garcia, Rodrigues (LOC), Paulo Conceição, Dr. Mário Coelho, Restolho

— Diálogo Clero-Laicado na edificação da Igreja 17
José Júlio

— Os Leigos na Igreja e no Mundo 19
Antologia breve
Adelino Sousa

— Notas de Cultura Portuguesa 23
Católicos e Vida Nacional no fim do século XIX
P.e Manuel Clemente

— Crónica 27
João Rosa

EDITORIAL

O empenhamento laical numa Igreja a renovar-se

O cinquentenário da Acção Católica que ocorre neste ano pastoral justificaria, só por si, este número de «Novellae Olivarum». Todavia, nunca a Igreja, enquanto comunidade viva, existiu apenas da memória do passado e por isso estes notáveis 50 anos duma instituição que constituiu um dos momentos altos da vida eclesial, são para nós o pretexto para a reflexão acerca do acompanhamento laical na Igreja.

Na verdade, entretanto aconteceu o Concílio Ecuménico Vaticano II, que ofereceu ao apostolado dos leigos uma fundamentação que se traduziu não só no Decreto que tomou esse tema como assunto, «Apostolicam Actuositatem», mas também em várias outras passagens dos principais documentos, «Lumen Gentium», «Gaudium et Spes», «Ad Gentes».

Duma militância «mandatada», entendida primordialmente como participação especial no ministério apostólico dos Bispos, passou-se a um compromisso específico, na linha do baptismo, que torna os leigos corresponsáveis por direito próprio e não por simples participação.

Esta viragem que o Concílio consagra, vem reflectida na maneira como a Acção Católica é apresentada no documento já referido sobre o Apostolado dos Leigos. Passados os tempos em que falar de apostolado dos leigos era equivalente a falar de Acção Católica e em que esta, por sua vez, era definida como «cooperação dos leigos no apostolado da Hierarquia», o Decreto sobre o Apostolado dos Leigos pode afirmar solenemente o seguinte: «Os leigos adquirem o direito e o dever do apostolado pela sua própria união com Cristo Cabeça. Inseridos no Corpo Místico de Cristo pelo Baptismo, robustecidos com a força do Espírito Santos pela Confirmação, são destinados pelo próprio Senhor para o apostolado» (A. A., 3). Resulta daqui que já não se confunde apostolado dos leigos com acção católica e que a fundamentação daquele radica no baptismo e na confirmação e não numa relação orgânica com a hierarquia. Esta é apenas

aquilo que caracteriza a acção católica a qual, por sua vez, é apenas uma das «várias formas de apostolado» (A. A., cap. IV).

Duma «militância» providencialmente arregimentada em função dum projecto pastoral da hierarquia e por participação no seu ministério, passou-se ao «compromisso» e ao «empenhamento» laical na missão da Igreja, assumidos como «direito» próprio: «Os leigos, tornados participantes da missão sacerdotal, profética e real de Cristo, desempenham funções próprias na missão do povo de Deus, na Igreja e no mundo» (A. A., 2).

Verificada a especificidade da vocação laical, esta já não precisa de ser assimilada à da hierarquia provocando uma não rara clericalização dos leigos, mas é-lhe antes reconhecida a complementaridade que pode oferecer à vocação dos clérigos dentro do único corpo eclesial: «Porque participam no múnus sacerdotal, profético e real de Cristo, têm os leigos parte activa na vida e acção da Igreja. A sua acção dentro das comunidades eclesiais é tão necessária que, sem ela, o próprio apostolado dos pastores não pode conseguir, a maior parte das vezes, todo o seu efeito» (A. A., 10).

Perfeitamente identificados com a missão da Igreja e nela integrados por vocação própria, todavia não é no interior da comunidade que se desenvolve a sua missão: «É própria e peculiar dos leigos a característica secular. (...) Por vocação própria, compete aos leigos procurar o Reino de Deus tratando das realidades temporais e ordenando-as segundo Deus. Vivem no mundo, isto é, em toda e qualquer ocupação e actividade terrena, e nas condições ordinárias da vida familiar e social, com as quais é como que tecida a sua existência. São chamados por Deus para que, aí, exercendo o seu próprio ofício, guiados pelo espírito evangélico, concorram para a santificação do mundo a partir de dentro, como o fermento, e deste modo manifestam Cristo aos outros, antes de mais pelo testemunho da própria vida, pela irradiação da sua fé, esperança e caridade. Portanto, a eles compete especialmente, iluminar e ordenar de tal modo as realidades temporais, a que estão estreitamente ligados, que elas sejam sempre feitas segundo Cristo e progridam e glorifiquem o Criador e Redentor» (L. G., 31).

Assim fundamentada, muito há a esperar da missão dos leigos na renovação da Igreja. Disso mesmo se quer fazer eco este número da «Novellae Olivarum» que fazemos sair no ano pastoral em que o tema do programa diocesano do Patriarcado é «Os Leigos comprometidos na Igreja e no Mundo»; tema este, aliás, sugerido pelo apelo deixado pelo Papa no dia da sua chegada a Portugal, edm 12 de Maio de 1982, na visita à Sé Patriarcal: «Não deixeis a Igreja ficar ausente de nenhum ambiente de vida da vossa querida Nação. Tudo deve ser permeado pelo fermento do Evangelho de Cristo e iluminado pela sua luz. É vossa tarefa fazê-lo» (n.º 4). Da maneira como isto está a acontecer nos dão notícia aqueles que convidámos a colaborar neste número da nossa revista.

P.e Carlos Paes

REFLEXÕES SOBRE OS 50 ANOS DA ACÇÃO CATÓLICA PORTUGUESA

1. Antes de mais: qualquer organização de apostolado do género da Acção Católica só se entende do liberalismo para cá. De facto, até aí (leia-se até há 150 anos, em Portugal) tudo era acção católica. Vivia-se num estado confessional que tinha no catolicismo, na sua custódia e promoção, a primeira das suas motivações alegadas. Tudo isto foi radicalmente mudado na afirmação doutro tipo de estado (entre nós a pouco e pouco): o estado laico, afastando-se duma religião própria; depois, o estado separado da Igreja (em Portugal, na 1.ª República, o estado hostil à Igreja).

Só a partir daqui se entende que grupos de cristãos, com estímulo ou o patrocínio dos seus bispos, se afirmem como acção católica, tendente a enformar evangelicamente a vida social cada vez mais laicizada (isto é, mais isenta de referências religiosas). Coisa que, entre nós, não se fez nem rápida nem pacificamente, porque durante todo o século passado houve muitos católicos que, em vez de alinharem nesta procura duma nova maneira de estar e actuar na sociedade, procuravam antes o regresso do antigo regime de estado confessional (eram os católicos legitimistas). No entanto a partir de meados do século, outros houve que, aceitando o regime liberal e a sua Carta Constitucional, se foram agrupando para promover os valores evangélicos e eclesiais: chamemos-lhes católicos constitucionais ou liberais, para facilitar. O seu campeão foi o Conde de Samodães; o seu jornal mais significativo, a partir dos anos 70, foi «A Palavra».

A partir desses anos 70, efectivamente, realizaram estes católicos vários congressos. Nos de 1891 (Braga) e 1895 (Lisboa) demonstraram já uma notável capacidade de organização e de afirmação, face aos vários problemas religiosos, sociais e culturais do país; o episcopado acompanhava-os, estimulado por Leão XIII.

Surgem assim movimentos católicos variados, para aquilo a que chamaríamos depois o apostolado de meio: círculos católicos de operários; centros académicos da democracia cristã (chamava-se assim à doutrina social e política de Leão XIII); associações juvenis...

Com a República perseguidora dos católicos (na legislação e nos actos, não duvidemos) os católicos juntaram-se sobretudo para a defesa, mesmo política, da Igreja. Foi o Centro Católico Português (1919).

Sobre tudo isto nasceria nos anos 30 a Acção Católica Portuguesa.

2. Querida por Pio XI e pelo Cardeal Cerejeira, muito particularmente, a Acção Católica Portuguesa nasceu em 1933. Era a união e organização do laicado português que, em colaboração com o apostolado hierárquico, se propunha a difusão, a actuação e a defesa dos princípios católicos na vida individual, familiar e social. Implantaram-se em todas as dioceses as suas secções masculinas e femininas, etárias (jovens e adultos) e socioprofissionais (agrárias, estudantes, independentes, operários e universitários). Em 45 já eram 70000 os associados.

Os anos 50 são os dos grandes congressos dos vários ramos do movimento e das semanas sociais.

3. Chega-se aos anos 60 com muita gente (100000 associados em 62), mas com gravíssimos desafios. Tão graves que iriam modificar profundamente a A. C. P.

Em primeiro lugar, sem dúvida, a tensão política. Desde o fim da guerra que a oposição ao regime subira de tom: que o regime proibia à Acção Católica qualquer intromissão política, sob pena de extinção. Tudo se agravou com a guerra de África.

A isto correspondeu, da parte do episcopado, a repetida advertência para que a Acção Católica como tal não se afirmasse politicamente. Razões? Uma, quanto a mim, histórica e fundamental: desde há um século que os movimentos católicos tinham sido sucessivamente utilizados (e desfeitos) pela política: as várias tentativas de organização católica de meados de oitocentos foram contrariadas pelos legitimistas, pertinazmente. Depois, as associações católicas da viragem do século foram aproveitadas pelo partido nacionalista (1903 ss.). Pela terceira vez, o Centro Católico de 1919 viria a ser desviado pelo Estado Novo. É natural que o episcopado temesse uma quarta manipulação das organizações católicas. Acrescente-se, porém, que não era proibida a acção política dos militantes católicos a título particular; e a formação recebida na Acção Católica estimulou muitos para ela, como se viu e se vê, com mais ou menos ortodoxia.

Ainda, o relevo que tomaram na vida eclesial e no gosto dos párocos outras grandes movimentações laicais: cursos de cristandade para um mundo melhor...

Daqui a transformação da Acção Católica, de grande movimento de massas em apanhado de militantes, atentos aos problemas do seu meio socioprofissional e à sua revisão evangélica. Nisto estamos e creio que se ganhou em identidade.

P.e Manuel Clemente

TESTEMUNHOS DE COMPROMISSO LAICAL

INQUÉRITO

Começamos por apresentar três testemunhos escritos de pessoas a quem colocámos a seguinte questão:

— Qual o seu empenhamento laical, como o entende no conjunto das outras tarefas da edificação do Reino, e que reflexões críticas e projectivas faz a propósito disso?

Testemunho de um casal

(Dr.ª Lurdes e Eng. António Leite Garcia)

1. Não sabemos muito bem qual pretende ser o alcance desta pergunta.

Se estão em causa os movimentos ou grupos de leigos a que pertencemos, podemos referir: as Equipas de Nossa Senhora, a Comissão Permanente do Conselho Nacional de Movimentos e Obras de Apostolado Leigo (CNMO) e, por parte do António, a Comissão macional Justiça e Paz. Em férias costumamos colaborar com o pároco local na organização de encontros de reflexão sobre temas de actualidade eclesial.

Às Equipas de Nossa Senhora, aderimos há vinte anos, pouco depois do nosso casamento. Tivemos a preocupação, após termos militado nos movimentos de acção católica estudantis (JEC e JUC), de procurar um movimento da Igreja em que, não esquecendo a acção apostólica, participássemos como casal, recebendo a formação inerente. Por essa altura, e durante alguns anos, colaborámos também numa equipa de leigos paroquial. Individualmente, estivemos ainda inseridos noutros movimentos da Igreja.

2. Desejávamos, sobretudo, descobrir a riqueza da vida no sacramento do matrimónio. Neste aspecto, encontrámos no Movimento das Equipas de Nossa Senhora,

uma ajuda continuada para o crescimento na fé, na vida a dois e com os nossos filhos (conjugal e familiar) e uma defesa contra demasiada absorção nas actividades profissionais ou noutras solicitações sociais que pudesses prejudicar a vida familiar. É de facto eficaz o método do Movimento, baseado em equipas de casais que se ajudam mutuamente, rezando em conjunto e partilhando as dificuldades e os progressos da sua vida cristã.

Na Comissão Coordenadora do CNMO, em que representamos as Equipas de Nossa Senhora, ainda que eleitos individualmente, cumprimos uma missão para que fomos solicitados e que tem o aspecto aliciante de promover o encontro e o diálogo, a nível nacional, dos movimentos e obras de apostolado leigo.

Na Comissão Nacional Justiça e Paz, o António, que é o seu Secretário, vê fundamentalmente um meio de realizar simultaneamente um serviço da Igreja e do Homem em que os leigos têm especial responsabilidade.

3. Achamos que, enquanto universitários cristãos, tivemos oportunidades formativas que devemos fazer render, não só enquanto profissionais, na sociedade de que fazemos parte, mas também na Igreja de que somos membros.

Aliás, não pode haver uma separação na vida dos cristãos entre as actividades consideradas como de construção do Reino e as outras. Onde quer que estejam, no trabalho, na sua casa ou na cidade, os cristãos têm de ter sempre subjacente a missão redentora de que são portadores, não podendo, todavia, estar menos preocupados que os outros na construção do mundo, onde se devem sentir colaboradores de Deus na Criação, como tão bem nos ensina João Paulo II, na «Laborem Exercens».

Para finalizar, gostaríamos de exprimir o voto de ver mais cristãos leigos conscientemente empenhados na construção, em Portugal, de uma Sociedade aberta à Justiça e à Paz, na linha do verdadeiro desenvolvimento de que nos falava o saudoso Papa João XXIII.

Casal LEITE GARCIA

Perfil de um leigo comprometido

(Rodrigues, da LOC)

A experiência que tenho tido do meu compromisso nas estruturas por onde tenho passado tem sido muito importante para mim por várias razões. Também a riqueza que se vive com outros homens e mulheres representa, como calculam, uma alegria imensa. Isto porque se toma nas nossas mãos as várias experiências que cada um faz para resolver muitos dos problemas que passam pelas pes-

soas e das quais não dão, muitas vezes, conta: são as «pequenas coisas» da vida de cada homem.

É grande a alegria de participar na construção de uma sociedade que se transforma; a constactação de que as pessoas caminham quando sentem que não são máquinas, como acontece, tantas vezes, nas instituições, sobretudo as dos trabalhadores. Muitas vezes estes se deixam arrastar pelos partidos, sejam eles quais forem.

Não estou a negar a importância que eles têm. Mas estou aqui a falar dos trabalhadores que não se deixam arrastar por aquelas organizações. Quanto aos outros, as experiências são bem diferentes, porque não pensam, não são livres: o seu sectarismo não tem explicação; são apenas tarefeiros dos pensamentos dos intelectuais dos partidos, ou dos aristocratas da classe operária.

Quanto a mim, como cristão, procuro estar atento a tudo isto, para que possa apanhar toda a dimensão da vida onde estou inserido. Claro que isto não é fácil, como se calcula!

O meu testemunho vai, sempre que posso, numa linha de mais qualidade nos assuntos de que se falam; a minha intervenção é no sentido de reflectir o que há de bom; realçar o positivo; tentar aprofundar as razões de tanta desigualdade, de tanta injustiça; ser um homem de esperança no futuro; dizer que é possível transformar; dar motivos para continuar.

O leigo comprometido não é nem mais nem menos do que um homem igual aos outros homens que se empenham na sociedade para a transformar. Todavia, há pormenores que devem merecer do leigo uma atenção permanente, porquanto ele é um homem comprometido, com outros, na construção de uma sociedade mais justa e humana:

— em primeiro lugar, o leigo deve ser um homem de esperança; um homem honesto, sério, nas suas atitudes de homem solidário com os outros homens na denúncia das injustiças que privam o homem de ser livre nas suas opções políticas, religiosas e sociais;

— deve ser um homem consciente do seu dever: cumprir para depois exigir. Por isso, deve ser um homem sempre atento ao que se passa à sua volta;

— deve ser um homem pobre, disponível para os outros; estar ao serviço dos que mais precisam; saber ouvir, saber ver;

— deve comprometer-se nas organizações dos trabalhadores, na empresa, no seu meio social, onde se joga a vida do povo; dar, aí, testemunho de qualidade;

— que a sua força de estar presente no meio seja impregnada pelo espírito do Evangelho de Jesus Cristo;

— deve ser um homem consciente do valor que têm as «pequenas acções» que se vão realizando, mas não se pode esquecer do valor que têm as «acções colectivas» quando elas são fruto de participação de ***todos*** *ou de muitos que se juntam para decidir:*

o leigo não se pode esquecer da importância que teve a caminhada em conjunto que Moisés empreendeu com o Povo de Israel a caminho da Libertação (Povo de Deus em marcha), para além de todas as vicissitudes de cada homem e de cada organização;

— o leigo não pode, não deve, ser um homem isolado dos outros homens, sob pena de perder a sua identidade própria.

Jesus Cristo, numa das suas últimas reuniões com os seus discípulos mais próximos, enviou-os a anunciar a Boa Nova a todos os homens, a dar testemunho (cf. Mat. 28,16-20). O leigo, qual homem sem complexos, deve assumir a sua responsabilidade cristã na sociedade civil e na Igreja.

RODRIGUES (L.O.C.)

Uma experiência de leigo no meio estudantil

(Paulo Conceição, do MCE)

Não contarei propriamente a minha experiência de leigo no meio estudantil, referenciada a um movimento (o Movimento Católico de Estudantes e, portanto, à Acção Católica) e ao curso que frequento (Engenharia Civil). Procurarei, talvez mais, reflectir a partir dela e descobrir-lhe questões e desafios.

Desde logo me salta à vista, trabalhando, como o faço, num Movimento de gente muito diversa (na região onde vive, no tipo de escola onde está, nas áreas do saber que toca) que, para a igreja perceber até ao fundo as situações que se vivem, e ser, aí presença significativa, ter de ser um espaço onde possa emergir a «diversidade e o concreto», é que a palavra de cada um é importante exactamente pelo carácter único do seu «posto de observação» da realidade. Precisamos de sentir que a nossa vida é história no meio de uma história mais ampla (a História da Salvação, que tem a ver com a da sociedade onde vivemos) e que, por isso, tem importância e sentido.

A minha experiência tem-se situado na procura da ligação do mais particular com o mais global: pegar sempre nos «instrumentos» que tenho à mão com as suas questões próprias (o curso, a área profissional onde me vou inserir, a família e, em última análise, a consciência) e articulá-los numa reflexão mais ampla, com o contributo de outra gente, de outros «instrumentos», e da Igreja.

Fui descobrindo que aprendia a exprimir a Fé ao mesmo tempo que aprendia a exprimir a vida e que era juntando estas duas dimensões que encontrava novas sínteses e novos empenhamentos. Ao mesmo tempo, lendo a vida à luz da Fé, fui-me apercebendo que surgiam critérios que iluminavam e criticavam o que fazia. Aponto alguns:

1. *A **autonomia do outro.** É uma referência que se sente bastante quando partilhamos com outros uma mesma condição (neste caso, de estudante), com problemas e esforços comuns. A História das Ciências tem ensinado que se chega mais perto da verdade pela comunhão das interrogações que pela afirmação das certezas (o que não nega a existência destas). E o diálogo verdadeiro, que abre portas à novidade, torna-se um meio privilegiado de relação. E o objectivo primeiro é que cada um se descubra a si e a cada comunidade no que tem de mais profundo e potencial.*

2. *Um **projecto de felicidade.** Tem sido a referência mais marcante da minha experiência cristã: o que trazemos connosco é um projecto de felicidade, que nos ultrapassa, mas que é muito próxima. E que se conquista contra a desumanidade e o que reduz a vida.*

Parece-me que a primazia da felicidade no anúncio cristão, como algo de profundamente pessoal e comunitário, é essencial. E ler isto à luz do Evangelho é aliciante e não sem questões. Não se trata de procurar a simples projecção dos vossos desejos nem de recusar a dificuldade; tem a ver com a comunidade; a cultura (sabedoria), como «lugar» da dignidade de cada um, e a justiça; o prazer e a beleza.

Esta reflexão envia-me directamente para o que faço: como é que se liga à construção do belo, à importância de não cortar os laços entre as pessoas mas não os deixar imóveis, ao propiciar espaços para encontro e não para desencontro, ao assumir a justiça, no estudo das prioridades e das opções... E acabo por perceber que a amizade e a afectividade são dimensões fundamentais neste processo de ir descobrindo e questionando os caminhos da felicidade.
mano é injustificável e insuportável (e as situações de pobreza e marginalização revelam estruturas a modificar, na sua raiz. E a paciência dos cristãos torna-se utópica e não resignada.

3. ***Tradição e utopia.** Um dos aspectos mais marcantes da «actual crise» parece ser a dificuldade em nos percebermos criativamente na História. A cidade é bem exemplo disso: bastante fechada às memórias e às situações de quem por ela passa e de quem a rodeia, faz do presente um tempo que apenas se suporta (o estudo não tem um valor em si... é mais um meio para chegar a outro lado do que uma atitude fundamental que se assume) e, quanto ao futuro, «logo se verá»...*

Acho que há aqui qualquer coisa a trazer de novo, sem deixar de falar a partir do interesse das situações e de mudança, e procurando nelas sinais de mais dignidade e mais justiça. Sinto a Igreja como espaço que actualiza, simultaneamente, a memória, o presente e o futuro (e o «simultaneamente» parece-me importante). Que ajuda a valorizar a memória e a transportar e comunicar as situa-

ções, as tentativas e os avanços; a sentir o presente como lugar onde se joga a mudança (é este o nosso tempo); a deixar germinar o sonho e o projecto, fazendo-os dialogar e recriar com os acontecimentos.

4. É evidente que o sentido de tudo isto tem a ver com o ***fazer comunidade*** *entre as pessoas com quem contactamos. E que será o estilo da vida que fomos gerando e alimentando que «falará» do nosso empenhamento.*

Para fazer comunidade é preciso pensar em conjunto e perceber a tensão, o conflito e o consenso como dimensões fundamentais com as quais crescemos (e não como forma de nos afirmarmos, pura e simplesmente), todas elas importantes e necessárias.

E é preciso, também, encontrar caminho para fazer a festa!

Ficam, assim, algumas questões. «Na vindima de cada sonho fica a cepa a sonhar outra aventura», diz Miguel Torga. E é um pouco assim que a Fé e a vida se vão interrogando e vão crescendo...

PAULO CONCEIÇÃO

Apresentamos a seguir dois testemunhos. Foram recolhidos ao vivo, a partir duma gravação. Eles constituem a experiência viva de dois militantes da Acção Católica. Provenientes de meios diferentes, a luta é a mesma e o entusiasmo com que a viveram foi igual. Aos Srs. Humberto Restolho e Dr. Mário Coelho o nosso agradecimento.

Nasci em 1938. Os meus pais não eram católicos e a catequese infantil foi numa linha de tradição. Em 1955, na altura em que entrou para a Paróquia um padre que me marcou profundamente, fui apanhado pela JOC. Vivia-se então numa fase de triunfalismo e de grande movimentação. Tinha acabado de estudar e estava no primeiro emprego. Foi neste período que tive o primeiro contacto com a Igreja organizada e desse contacto resulta o testemunho que aqui queria dar: foi então, a partir da primeira reunião da JOC, que começou a minha responsabilização e abertura dos olhos para o meio e para as realidade com que a minha vida se chocava, numa perspectiva cristã. Fazíamos nessa altura aquilo a que chamávamos assembleias, algumas delas interrompidas por gente que vinha de fora; numa dessas, aí pelos meus 18-19 anos, fomos in-

terrompidos por um indivíduo que, após muitas questões, se dizia pertencer à PIDE: foi o meu primeiro contacto com essa realidade e o meu primeiro contacto com o medo que ela inspirava. Aí fiz também as primeiras experiências de me responsabilizar pela apresentação de um tema, que preparei cuidadosamente lendo livros a propósito. Foram 5 ou 6 anos de contactos, do alicerçar de amizades, de empenhamento, que me levaram a sentir-me verdadeiramente comprometido.

Apanhei a JOC na transição das reuniões em que se fazia a análise do Evangelho desligada da vida e dos seus problemas, para o método, que então se começou a introduzir, do «Ver-Julgar-Agir» que nos levava a um empenhamento e a um aprofundamento da fé. Muitos rapazes como eu tiveram aí uma transformação profunda, que se concretizava até em determinadas atitudes. A venda do jornal: talvez não tivesse grande significado em termos de quem o comprava, mas tinha para os jovens que assim davam testemunho da JOC como uma grande organização, capaz de captar e enquadrar a própria juventude. A JOC absorvia o meio operário e até uma grande área do meio estudantil jovem.

Em 1960 casei, saí da JOC, mas estavam criadas os alicerces para continuar o trabalho. De facto fundou-se a LOC, onde me inseri e onde sempre estive em grupos de base. Mesmo quando tive de assumir cargos directivos, quando fui presidente da LOC ou estive na Junta Diocesana da LOC conciderei sempre que a minha equipa de base era fundamental, para a minha actuação a nível de coordenação.

A caminhada que se fez na LOC e na Acção Católica em geral, nessa altura, levou-nos a uma selecção pela exigência. Havia muita gente que procurava a Acção Católica porque era o grande movimento da altura: essa gente acabou por sair. Alguns pensaram que isso era sinal de crise: a crise da Acção Católica; por mim acho que era a selecção necessária.

Foram anos difíceis os que se seguiram: a capela do Rato, a prisão de alguns militantes, sobretudo dos movimentos juvenis, a primeira confrontação em reuniões públicas com o problema da guerra do Ultramar que era «tabu», as clivagens que levaram as reuniões de grande tumulto e choque. As encíclicas «Mater et Magistra» e «Pacem in Terris» representaram para o movimento uma pesquisa e aprofundamento da Doutrina Social da Igreja.

Como testemunho final, gostava de dizer que muito daquilo que sou hoje o devo à minha passagem pela Acção Católica. A minha formação como homem, desde os 17 anos em que aprendi a renunciar aos jogos de futebol para ir a reuniões da JOC, devo-a em grande parte à Acção Católica.

HUMBERTO RESTOLHO
(testemunho recolhido a partir duma gravação)

Nasci numa família católica; a minha origem é védica, sou goês. Os meus antepassados só se converteram há cerca de 200 anos; o meu trisavô teve grande influência e toda a família estava ligada à religião católica. Fui educado nos princípios da fé em minha casa. O meu pai era uma pessoa bem disposta, comunicativo e tinha uma paciência especial com os filhos. Tenho 16 irmãos e toda essa gente foi educada pelo pai. Ele tinha uma fé de carvoeiro, mas tinha cultura religiosa. Era costume, naquele tempo, ir para o seminário para aprender humanidades. O meu pai fez essa experiência. Nunca fui à catequese paroquial. Fiz a primeira comunhão aos 6 anos e o pai ia-nos dando a catequese. Quando cheguei à adolescência comecei a pôr-lhe dúvidas, mas ele sempre me convenceu. Aos 10 anos fui para Nova Goa fazer o Liceu, onde me matriculei num curso de aperfeiçoamento de catequese. Houve um Bispo auxiliar de Goa que lá era titular de Guiza e aqui Arcebispo de Cízico, que dirigia essa catequese. Fiz o Liceu e aos 17 anos vim para Lisboa e matriculei-me na Acção Católica.

O Sr. Cardeal Cerejeira tinha um irmão, magistrado judicial em Goa, e tinha amizade com a família. O meu pai pediu-lhe uma carta de recomendação para a enviar por mim. Apresentei-me no Paço; o Sr. Cardeal falou-me de Goa; sabia tudo acerca do território, vida e costumes. Mas logo me fez esta primeira pergunta: «Já se inscreveu na Acção Católica?» Foi assim que entrei. Fiquei no início no núcleo da JUC da Faculdade de Direito, uma faculdade conservadora; muitos professores tinham sido afectados pelo período da República, a maior parte era proveniente de Coimbra. Na JUC fazíamos reflexões, recolecções, preparação para o Natal, a Páscoa, a festa de Cristo-Rei. Havia reuniões de grupo. Um grupo era o que se reunia com o P.e João Cabral, S.J., que fazia retiros e reflexões na Lapa. Havia lá um professor de Direito Constitucional que apresentava a Doutrina Social da Igreja e nós fazíamos uma pesquisa para completar o Professor...

Entretanto veio a guerra: 1 de Setembro de 1939. Sabia que se jogava o destino da humanidade. Eu gostava que a Alemanha ganhasse a guerra, pela simples razão de que só tinha um inimigo no mundo: era a Inglaterra. A discriminação racial que ela fazia em toda a Ásia era impossível de entender; era difícil de suportar a separação racial por mim, um asiático, que tinha apanhado os movimentos de Ghandi. O meu pai aos 6 anos tinha-me ensinado: «Os homens ao nascer são todos iguais, as obras fazem os homens diferentes.» Tive sempre a noção da minha dignidade. O trabalho da JUC foi pouco; houve um hiato motivado pela guerra que entretanto decorria.

Quando casei fui viver para Alvalade. Construiu-se a igreja de S. João de Brito e o pároco da altura, P.e Mário de Carvalho, deu todas

as facilidades ao lançamento de movimentos. Entre esses contava-se a LIC masculina e feminina. O Pároco convidou-me para entrar. Todavia, acontecimentos recentes fizeram-me pedir-lhe o estatuto de observador. Na verdade tinha havido uma Missa pelas intenções de Salazar, mandada dizer pelo Vice-Presidente, num ambiente paroquial que era dominado por salazaristas. Fiz ver ao Pároco que estava mal rezar por Salazar e não rezar também pelo Bispo do Porto, que tinha sido posto fora por Salazar. Inscrevi-me na LIC. Tínhamos um plano, fazíamos grupos de leitura da Sagrada Escritura, que se comentava, e procurávamos dar aos problemas uma orientação evangélica; problemas complicados.

Lançamos uma iniciativa de palestras de formação no salão que comportava 800 pessoas. Combinámos que não havia convites pelo correio. Eram os militantes que assumiam a responsabilidade de ir de casa em casa, por todo o Bairro. Teve um resultado enorme.

Nessa secção da LIC houve entretanto um incidente. Tinha saído a «Pacem in Terris», cuja divulgação tinha sido proibida entre nós. Foi publicada na íntegra ao fim de três meses, num jornal de Lisboa, mas com letra tão miúda que só se podia ler à lupa. Quando finalmente saiu a versão portuguesa a nossa secção resolveu fazer uma conferência sobre a encíclica, em duas partes. Sobre a parte teológica falava o P.e Manuel Antunes, S.J.; o Prof. Cavaleiro Ferreira falava sobre o ponto de vista político-social e filosófico. No dia em que estava marcada a conferência, tudo com convites expressos, apareceu gente de todos os quadrantes. No decurso da intervenção do P.e Manuel Antunes alguém interrompeu e exclama: «Já viram que aquilo que a "Pacem in Terris" diz é o contrário do que vem na nossa Constituição?!» Foi a confusão. Intervi para mandar calar e devolver a palavra ao P.e Manuel Antunes. A LIC fechou.

A certa altura fiquei sem saber para onde ir. Recebi uma mensagem de D. Manuel Falcão, então Bispo Auxiliar do Patriarcado, a convidar-me para a Direcção da LUC. Como era jurista e queriam reformular os estatutos a LUC mandou-me para a Junta Regional.

DR. MÁRIO COELHO
(Testemunho recolhido
a partir duma gravação)

DIÁLOGO CLERO-LAICADO NA EDIFICAÇÃO DA IGREJA

Ao falarmos de clero e de leigos na construção da comunidade eclesial, é necessário situarmo-nos, como base fundamental, na ontologia da própria Igreja, para que possamos compreender a índole teológica das relações clero-leigos na construção do Reino, comunidade de fé, esperança e caridade.

A eclesiologia do Concílio Vaticano II vai entroncar na História da Salvação. É neste contexto que vemos nascer a Igreja de Jesus Cristo. E a vitalidade e a riqueza desta eclesiologia não está nas referências bíblicas ou patrísticas, mas encontra-se no emergir duma comunidade que brota do Mistério da Salvação que se concentra, através dum processo condescendente de Deus e por isso misericordioso, no Verbo feito Carne: «Tendo Deus falado outrora aos nossos pais, muitas vezes e de muitas maneiras, pelos profetas, agora falou-nos nestes últimos tempos pelo Filho, a quem constituiu herdeiro de tudo e por Quem igualmente criou o mundo» (Heb. 1,1-2). É este Mistério que envolveu a pessoa do Apóstolo e, este, O anuncia: «Fui encarregado de anunciar a Palavra de Deus, Mistério este que foi escondido aos séculos e às gerações passadas, mas que, agora foi manifestado aos seus Santos» (Col. 1,25-26). O «Mysterium Ecclesiae» está intrinsecamente ligado ao «Mysterium Christi». Assim, sublinha S. Paulo, aludindo à Igreja: «...Cristo em vós, a esperança da Glória» (Col. 1,27).

A Família de Deus surge liberta dum mandato de Cristo que levaria a vê-la como algo de extrínseco e, por consequência, desvinculada do Mistério do Amor pelo qual foi gerada. A sua origem é trinitária, mistério de comunhão entre o Pai, o filho e o Espírito Santo: «O que vimos e ouvimos, isso vos anunciamos, para que também vós tenhais comunhão connosco. Quanto à nossa comunhão, ela é com o Pai e com o Seu Filho Jesus Cristo...» (1 Jo. 3,4).

A cooperação clero-leigos na edificação do Reino «hic et nunc», em ordem à sua plenitudização reside precisamente no Mistério de Cristo. Somente vivendo numa dimensão orgânica que é inerente à

própria pessoa humana, as relações entre os membros do Povo de Deus são semelhantes às do processo amoroso desencadeado pelo Pai. Assim sendo, a Igreja deixa de ser autoridade hierárquica, o ministério sacerdotal abandonará a sua pretensão centralizadora e autoritária e desaparecerá a tentação de identificar a Igreja com o clero. Sublinha, a este respeito, o Apóstolo: «Há um só Corpo e um só Espírito, como existe uma só esperança no chamamento que recebeste. Há um único Senhor, uma única fé, um único baptismo. Há um só Deus Pai de todos, actua por meio de todos e em todos» (Ef. 4,5-6). Haverá então lugar para a acção vivificante, criadora e transformante do Espírito Santo: «Mas a manifestação do Espírito é dada a cada um para proveito comum. A um, o Espírito dá uma palavra de sabedoria; a outro, palavra de ciência...» (1 Cor. 12,7-11). Quando percebermos que os ministérios não têm em si definição mas eles só existem, na verdade, em função dos demais, o Corpo de Cristo crescerá «ad intra» e «ad extra». E o Concílio realça esta realidade, fazendo uma exortação: «Embora os sacerdotes do Novo Testamento, em virtude do sacramento da Ordem, exerçam no Povo e para o Povo de Deus o múnus de pais e mestres, contudo, juntamente com os fiéis, são discípulos do Senhor, feitos participantes do seu Reino pela graça de Deus que nos chama. Regenerados com todos na fonte do baptismo, os presbíteros são irmãos entre os irmãos, membros dum só e mesmo corpo de Cristo cuja edificação a todos pertence» (P.O. 9).

J. Júlio

CAROS ASSINANTES

Aos que nos enviaram o pagamento da assinatura, o nosso muito obrigado.

Quem por lapso ou falta de tempo o não fez, pedimos a vossa colaboração no nosso trabalho.

A todos os votos de boa e Santa Páscoa, que cada um de vós experimente a alegria de Cristo Ressuscitado.

A Equipa de «Novellae Olivarum»

OS LEIGOS NA IGREJA E NO MUNDO

ANTOLOGIA BREVE

1. QUE SE ENTENDE POR LEIGOS?

«Por leigos entendem-se (...) todos os cristão que não são membros da sagrada Ordem ou do estado religioso reconhecido pela Igreja, isto é, os fiéis que, incorporados em Cristo pelo Baptismo, constituídos em Povo de Deus e tornados participantes, a seu modo, da função sacerdotal, profética e real de Cristo, exercem, pela parte que lhes toca, a missão de todo o Povo cristão na Igreja e no mundo» (L.G., 31).

2. VIVER NO MUNDO SECULAR

«E sendo próprio do estado dos leigos viver no meio do mundo e das preocupações seculares, eles são chamados por Deus para, cheios de fervor cristão, exercerem como fermento o seu apostolado no meio do mundo» (A.A., 2).

«(...) O leigo insere-se profunda e activamente na própria ordem temporal, assumindo com eficiência a sua parte na solução dos seus problemas; ao mesmo tempo, como membro vivo e testemunha da Igreja, torna-a presente e activa no meio das coisas temporais» (A.A., 29).

«De facto, sem a presença activa dos leigos, o Evangelho não pode gravar-se profundamente nos espíritos, na vida e no trabalho de um povo. Por isso, é necessário desde a fundação da Igreja prestar grande atenção à formação dum laicado cristão amadurecido» (A.G., 21).

3. TESTEMUNHAS DE CRISTO

«Os leigos, que devem tomar parte activa em toda a vida da Igreja, não devem apenas impregnar o mundo com o espírito cristão mas são também chamados a serem testemunhas de Cristo, em todas as circunstâncias, no seio da comunidade humana» (G.S., 43).

«O principal dever deles, homens e mulheres, é o testemunho de Cristo, que eles têm obrigação de dar, pela sua vida e palavra, na família, no grupo social, no meio profissional. É necessário que se manifeste neles o homem novo criado segundo Deus em justiça e santidade verdadeira» (A.G., 21).

4. FÉ TRANSFORMADORA

«(...) Com a sua competência nas matérias profanas, e a sua actuação interiormente elevada pela graça de Cristo, contribuam eficazmente para que os bens criados

sejam valorizados pelo trabalho humano, pela técnica e pela cultura, para utilidade de todos os homens, sejam melhor distribuídos entre eles e contribuam a seu modo para o progresso de todos na liberdade humana e cristã» (...) (L.G., 36).

(...) A fim de que a fé em Cristo e a vida da Igreja deixem de ser estranhas à sociedade em que vivem mas comecem a penetrá-la e a transformá-la. Devem unir-se aos seus concidadãos com caridade sincera, a fim de que no seu comportamento apareça um novo laço de unidade e de solidariedade universal, haurida no mistério de Cristo» (A.G., 21).

5. BUSCANDO A JUSTIÇA

«(...) Devem eles assumir como encargo próprio seu essa edificação da ordem temporal e agir nela de modo directo e definido, guiados pela luz do evangelho e a mente da Igreja, e movidos pela caridade cristã; enquanto cidadãos, cooperar com os demais com a sua competência específica e a própria responsabilidade, buscando sempre e em todas as coisas a justiça do reino de Deus» (A.A., 7).

«Além disso, também pela união das próprias forças, devem os leigos sanear as estruturas e condições do mundo, se elas porventura propendem a levar ao pecado, de tal modo que se conformem às normas da justiça e antes ajudem ao exercício das virtudes do que o estorvem» (L.G., 36).

6. SOLIDÁRIOS

«Vivam (...) os fiéis em estreita união com os demais homens do seu tempo e procurem compreender perfeitamente o seu modo de pensar e sentir, qual se exprime pela cultura. Saibam conciliar os conhecimentos das novas ciências e doutrinas e últimas descobertas com os costumes e doutrina cristã, a fim de que a prática religiosa e a rectidão moral acompanhem neles o conhecimento científico e o progresso técnico e sejam capazes de apreciar e interpretar todas as coisas com autêntico sentido cristão» (G.S., 62).

7. LIBERDADE DE INVESTIGAÇÃO

«Os que se dedicam às ciências teológicas nos Seminários e Universidades, procurem colaborar com os especialistas doutros ramos do saber, pondo em comum trabalhos e conhecimentos.

E para que possam desempenhar bem a sua tarefa, deve reconhecer-se aos fiéis, clérigos ou leigos, uma justa liberdade de investigação, de pensamento e de expressão da própria opinião, com humildade e fortaleza, nos domínios da sua competência» (G.S., 62).

8. LIBERDADE DE ACÇÃO

«Por seu lado os sagrados pastores devem reconhecer e fomentar a dignidade e responsabili-

dade dos leigos na Igreja; recorram espontaneamente ao seu conselho prudente, entreguem-lhes confiadamente cargos em serviço da Igreja e dêem-lhes margem e liberdade de acção animando-os até a tomarem iniciativa de empreendimentos. Considerem atentamente e com amor paterno, em Cristo, as iniciativas, pedidos e desejos propostos pelos leigos, E reconheçam a justa liberdade que a todos compete na cidade terrestre» (L.G., 37).

9. OUVIR OS LEIGOS

«(...) os Padres conciliares julgam muito útil que estes dicastérios (romanos) oiçam mais os leigos que se distinguem pela virtude, ciência e experiência, para que também estes influam, quanto convém, nas coisas da Igreja» (C.D., 10).

«É muito para desejar que se estabeleça em cada diocese um Conselho Pastoral, a que presida o Bispo diocesano e do qual façam parte clérigos, religiosos e leigos bem escolhidos. Terá como missão, investigar a apreciar tudo o que diz respeito às actividade pastorais e formular conclusões práticas» (C.D., 27).

«Entreguem-se aos leigos, com confiança, obras do serviço da Igreja, deixando-lhes espaço e liberdade de acção, convidando-os oportunamente a que tomem com eles as suas iniciativas» (P.O., 9).

«Estejam dispostos a ouvir os leigos, tendo fraternalmente em conta os seus desejos, reconhecendo a experiência e competência deles nos diversos campos da actividade humana, para que, juntamente com eles, saibam reconhecer os sinais dos tempos» (P.O., 9).

10. MISSÃO EVANGELIZADORA

«Os leigos são especialmente chamados a tornarem a Igreja presente e activa naqueles locais e circunstâncias em que só por meio deles ela pode ser o sal da terra. Deste modo, todo e qualquer leigo, pelos dons que lhe foram concedidos, é ao mesmo tempo testemunha e instrumento vivo da missão da própria Igreja, "segundo a medida concedida por Cristo" (Ef. 4,7)» (A.A., 33).

«(...) os leigos, quer estrangeiros, quer nativos, exerçam o ensino nas escolas, administrem as coisas temporais, colaborem na actividade pastoral e diocesana, iniciem a promovam as várias formas de apostolado dos leigos, para que os fiéis das igrejas jovens possam assumir quanto antes a sua parte na vida da Igreja» (A.G., 41).

«(...) prestem os leigos, de bom grado, colaboração económico-social aos povos em vias de desenvolvimento (...)» (A.G., 41).

11. ESPÍRITO ECUMÉNICO

«(...) Os católicos colaborem com os irmãos separados, em conformidade com as disposições do decreto sobre o Ecumenismo, por

meio da comum profissão da fé em Deus e em Jesus Cristo diante dos gentios, na medida do possível, e pela cooperação em questões sociais e técnicas, culturais e religiosas» (A.G., 15).

«Colaborem frontalmente com os outros cristãos, com os não-cristãos, sobretudo com os membros de organizações internacionais, tendo sempre diante dos olhos a preocupação de que "a edificação da cidade terrena se alicerce no Senhor e para Ele se oriente"» (A.G., 41).

12. MEIOS DE APOSTOLADO

«Em primeiro lugar, devem ser instruídos os leigos na arte, doutrina e costumes, multiplicando o número das escolas, faculdades e institutos, onde os jornalistas, autores cinematográficos, radiofónicos, de televisão e demais interessados possam adquirir uma formação íntegra, penetrada de espírito cristão, sobretudo no que toca à doutrina social da Igreja. Também os actores cénicos hão-de ser formados e ajudados para que sirvam convenientemente, com a sua arte, a sociedade humana». «(...) hão-de preparar-se cuidadosamente críticos literários, cinematográficos, radiofónicos, da televisão e outros meios, que dominem perfeitamente a sua profissão, preparados e estimulados para emitir juízos nos quais a razão moral apareça sempre na sua verdadeira luz» (I.M., 15).

«Os ministros da Igreja, por sua vez, devem ter em muito apreço o apostolado activo dos leigos» (A.G., 21).

«Além deste apostolado, que diz respeito a todos os fiéis, os leigos podem ainda ser chamados, por diversos modos, a uma colaboração mais imediata no apostolado da Hierarquia, à semelhança daqueles homens e mulheres que ajudavam o apóstolo Paulo no Evangelho, trabalhando muito no Senhor» (cf. Fil. 4,3; Rom. 16,3 ss.). «Têm ainda a capacidade de ser chamados pela hierarquia a exercer certos cargos eclesiásticos, com finalidade espiritual» (A.A., 33).

«Providencie-se de modo que alguns sacramentais pelo menos em circunstâncias especiais e a juízo do Ordinário, possam ser administrados por leigos dotados das qualidades requeridos» (S.C., 79).

Adelino Sousa

Siglas dos documentos do Concílio Vaticano II, citados:

A.A. — «Apostolicam Actuositatem» (Decreto sobre o apostolado dos leigos).
A.G. — «Ad Gentes» (Decreto sobre a actividade missionária da Igreja).
C.D. — «Christus Dominus» (Decreto sobre o múnus pastoral dos bispos).
G.S. — Gaudium et Spes» (Constituição pastoral sobre a Igreja no mundo actual).
I.M. — «Inter mirifica» (Decreto sobre os meios de comunicação social).
L.G. — Lumen Gentium» (Constituição dogmática sobre a Igreja).
P.O. — Presbyterorum Ordinis» (Decreto sobre o ministério e a vida dos persbíteros).
S.C. — Sacrosanctum Concilium» (Constituição sobre a Liturgia).

Notas de cultura portuguesa — 5

CATÓLICOS E VIDA NACIONAL NO FIM DO SÉCULO XIX

No fim do século XIX alguns leigos encontraram finalmente o seu papel específico na vida da Igreja e na vida social moderna. Numa sociedade cada vez mais laicizada (isto é, isenta de referências religiosas), souberam encará-la e procurar-lhe respostas cristãs. Tinham por si as repetidas propostas mobilizadoras de Leão XIII e dalguns bispos e padres.

O Congresso Católico de Braga de 1891 (na esteira doutros, desde os anos 70) exemplifica-o: bispos, padres e leigos reflectem sobre a vida nacional e adiantam propostas da sua evangelização. O tempo incitava-os.

Respiguemos a sua crónica, à procura de algumas posições laicais, entre tantas outras. Logo a abrir, um dos seus membros, António Brandão Pereira, jurista e pedagogo, afirma o porquê do Congresso: «Foi o espectáculo dilacerante do nosso abatimento como nação civilizada, da nossa decadência como nação católica, outrora tão fecunda na sua missão civilizadora, que estimulou e atraiu a esta cidade, primaz das Espanhas, esse numerosíssimo concurso de fiéis, que sob a presidência de cinco ilustres prelados deram testemunho do seu zelo pela causa de Deus e da Pátria, mostrando compreender a necessidade dessa união disciplinada dos católicos, que será aqui, como noutros países, o único antemural capaz de defender a sociedade moderna do cataclismo que de perto a ameaça.» (*Crónica do segundo congresso católico da província eclesiástica de Braga,* Braga, Tipografia Lusitana, 1892, p. 12).

Decadência e regeneração eram então (são-no ainda) os grandes motivos culturais portugueses. O próprio destes católicos era considerá-los na perspectiva cristã e eclesial. E afirmar a urgência da união dos crentes, para lhes responder nos mais variados sectores.

António Maria Pinheiro Torres, homem das Conferências de São Vicente de Paulo, aprofundava a seguir a temática social. Afirmava, em suma, a irresolubilidade da questão sem dimensão espiritual. Com uma

análise interessante: «Nunca como hoje, se deu tão largo desenvolvimento e expansão às instituições de beneficência e caridade: multiplicam-se os expedientes e alvitres para melhorar as condições dos trabalhadores; inventam-se todos os dias novos meios de animar e regular o trabalho, facilitar o crédito, instruir os ignorantes, esmolar os pobres; e contudo é cada vez mais pronunciado o antagonismo entre o pobre e o rico, entre o capitalista e o proletário, entre o patrão e o operário (...). Aumenta dia a dia o seu azedume (do pobre) e má vontade contra a sociedade, a que atribui os seus males e a sua miséria, que o humilha com o escândalo do do seu luxo e com a prodigalidade dos seus prazeres e que supõe ter cumprido o seu dever, quando lhe atira com os restos dos seus festins, com o supérfluo dos seus bens (...). Que civilização é esta que assim agrava a questão social e longe de acalmar os ressentimentos dos pobres e dos humildes, cava mais funda a separação entre as diferentes classes duma mesma população, e em vez de ser a promotora dos interesses gerais não parece ter outro resultado senão o de fazer explorar o pobre pelo rico (...)? É por isso que a Igreja, animando todas as instituições de caridade e aplaudindo todos os esforços tentados para melhorar a sorte dos que gemem esmagados debaixo do peso dum trabalho improbo e mal remunerado, afirma a ineficácia de todos esses meios quando desacompanhados da propaganda religiosa» (hoje diríamos evangelização) (*Ibid.*, 183-186). Resumindo, a uma assistência que acabava por manter uma sociedade injusta, absorvendo os seus casos mais insuportáveis, Pinheiro Torres contrapunha a mudança social pelos critérios evangélicos.

Outros pobres havia a merecerem a atenção dos congressistas católicos: os emigrantes. E era lúcida a análise de Carlos de Almeida Braga, filho também dum emigrante. Primeiro afirmava um direito indiscutível: «A emigração não pode nem deve proibir-se. O direito de abandonar um país, onde não deparamos com os elementos indispensáveis para a vida, onde, numa palavra, não nos sentimos bem, é evidentemente incontestável.» Depois, as causas da emigração, com realismo: «O horror ao serviço militar, a insignificância dos salários, os encargos pesadíssimos que oneram a propriedade, a facilidade e a relativa barateza dos transportes, a ambição e até a tendência um pouco aventureira da nossa raça, tudo isto concorre para que a emigração aumente, roubando ao país homens robustos e úteis, cuja actividade poderia ser aqui convenientemente aproveitada, e vão assim as mais das vezes estiolar-se, numa terra estranha, onde o clima e mil outras causas concorrem para um rápido abreviamento da existência» (referia-se ao Brasil). E rebatia um argumento corrente e persistente: «Economimcamente talvez fosse possível sustentar que o prejuízo causado pela emigração à agricultura e à indústria nacional é compensado, tanto quanto possível, pelo curo que vem do Brasil e pelo desenvolvimento dado ao trabalho por aqueles que conseguem regressar à pátria, bafejados pela sorte. Sob o aspecto humanitário e cristão, porém,

nada há em verdade que compense os milhões de vidas que ali se perdem, no seio da miséria e do sofrimento, longe da pátria e da família (...). De 100 indivíduos que emigram, só 4 conseguem regressar à pátria, trazendo a fortuna envolta na mortalha dos 96 que por lá ficaram.»

Finalmente, propunha Almeida Braga: «Não se proíbe a emigração; mas ao menos que só emigre quem quiser e que haja para estes lá fora uma bandeira protectora. Olhe-se seriamente para este assunto. Evite-se que, com miragens falazes, ande meia dúzia de traficantes de carne branca (referia-se aos agentes da emigração clandestina) enganando vilmente, com ilusórias promessas, os desgraçados que poderiam viver na pátria e vão assim morrer longe dela, deixando primeiramente retalhados os corações dos que os estimam.» Por tudo isto urgia «procurar, por qualquer forma, assentar num meio de elucidar as populações rurais, donde sai o maior número de emigrantes, acerca das funestas consequências dessa emigração. É isto de procurar, por qualquer forma, estabelecer lá fora uma protecção para os que emigram, já para que não morram num abandono completo, já para que se não desviem, pelo esquecimento e pela indiferença, do caminho que lhes traça a divina religião do Crucificado» (*Ibid.*, p. 91-95).

Sociedade, assistência, emigração... Neste Congresso não escaparam aos leigos católicos os grandes problemas da vida nacional. Evangelicamente os quiseram ver, evangélicas quiseram as respostas. Análise cristã da realidade, união dos católicos, acção coerente: começava o apostolado laical moderno.

P.e Manuel Clemente

SALMOS RESPONSORIAIS

Gravados em cassete:
I — Semana Santa (para os 3 anos);
II — Quaresma e Tempo Pascal (ano A).
Cada cassete: 350$00.
Pedidos à «Novellae Olivarum», ou
Comissão de Liturgia e Música Sacra
Seminário dos Olivais — 1800 LISBOA.

CRÓNICA

1. ORDENAÇÕES

As ordenações e Ministérios constituem sempre um ponto alto da vida do seminário. Assim, no passado dia 11 de Dezembro. Foi um dia cheio de esperança. Nesse dia foram ordenados Diáconos: o Pedro Durrer, o Pedro Nuno e José Traquina. A alegria espelhava no rosto dos ordinandos e sobretudo no do Povo de Deus que mais do que nós, talvez, na sua fé simples e humilde, vive com intensidade estes momentos.

Podíamos dizê-lo com verdade acerca de todos os ordinandos. Mas aquela gente de Alcobaça e arredores manifesta-se mais. Alugaram 5 ou 6 autocarros, ajeitaram o farnel e meteram-se a caminho. Neste dia não quiseram deixar sozinho o José Traquina. Quiseram partilhar da sua alegria e acarinhar o dom do Espírito que o torna servidor, à semelhança de Cristo, desse mesmo Povo. Vimos também muitos escuteiros com os seus uniformes e um grande número de jovens daquelas bandas. Foi assim também com o Pedro Nuno e de igual modo com o Pedro Durrer. Que o digam as suas famílias que tão bem se representaram.

A celebração teve lugar na vetusta Igreja de Santa Maria do Mosteiro dos Jerónimos e foi presidida pelo Senhor Cardeal Patriarca, concelebrada pelos seus Bispos Auxiliares, bem como por uma boa representação do Presbitério Diocesano. À homilia o Senhor Cardeal teceu importantes considerações sobre a Sagrada Ordem e não deixou de salientar o significado que tinha, em termos de unidade eclesial, serem ordenados naquela celebração mais 5 diáconos pertencentes às famílias religiosas dos Dominicanos (1), dos Dehonianos (3) e dos Franciscanos (1).

Depois da celebração seguiram-se os tradicionais cumprimentos e no final de tudo foi servida uma refeição no seminário dos Olivais, aos convidados e familiares dos novos diáconos. Os novos diáconos engrossam agora o número da dita ordem na nossa Comunidade, que passa a contar neste momento com 6 diáconos ao seu serviço. Não poderíamos esquecer que um deles, o José Júlio, da Diocese de Setúbal, foi também orde-

nado dias antes. Também à sua alegria e à do seu Bispo, Senhor Dom Manuel, tivemos ocasião de nos associar. E assim continuaremos.

2. INSTITUIÇÕES E A FESTA DO NATAL

À semelhança dos anos anteriores, estes dois acontecimentos têm-se realizado juntos. Este ano calhou no dia 14 de Dezembro, quarta-feira. O Senhor Cardeal presidiu à celebração, simples e cheia de significado. Depois da Proclamação da Palavra, Sua Eminência teve palavras de estímulo, especialmente dirigidas aos que iam ser substituídos no Ministério dos Leitores. Na ocasião própria foram chamados pelo seu nome e cada um respondeu um forte «presente»: Nuno Brás, Avelino, Inácio Belo e Francisco José.

No final da celebração seguiu-se o já tradicional jantar de confraternização, onde, com agrado o referimos, estiveram presentes os empregados do seminário. Nesta noite santa em que celebrávamos o acontecimento de Belém, não ficava bem que pessoas a viver quase sob o mesmo tecto, não juntassem as suas vozes para louvar o Deus Menino. Não seria preciso referir, mas convém, que o seminário de Almada e seus superiores nesta ocasião honram-nos sempre com a sua presença. Devemos afirmar o mesmo do pré-seminário que se fez representar por um pequeno grupo de «prés» e pela pessoa do seu director e nosso amigo, P.^{e} Armando.

Depois da apresentação de uma peça de teatro da autoria do P.^{e} Manuel Clemente, seguiu-se um momento de poesia e por fim a actuação da «schola» do seminário. Mesmo no final, foi a palavra do Senhor Dom José Policarpo, que na qualidade de Reitor deste seminário desejou aos presentes, particularmente aos empregados do seminário e seus familiares, um feliz Natal. Este ano o Senhor Cardeal quis dizer a última palavra, que foi também de estímulo para os presentes, aos quais desejou antecipadamente os votos de um Santo Natal.

João Rosa